



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 08 DE
OUTUBRO DE 2002:-----**

----- Aos oito dias do mês de Outubro de dois mil e dois, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Exm^o. sr. Presidente Dr. Mário Ribeiro Maduro, estando presentes os Vereadores senhores, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, Dr. Agostinho Neves da Silva, Prof. Luis Carlos Domingues Balseiro, José Alberto dos Santos Mesquita e Prof^a. Maria de Lurdes Domingues Mesquita e o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Paulino Carvalho Baptista Martins. Pelo sr. Presidente foi declarada aberta a reunião, sendo 9.30 horas, não tendo sido lida a acta da reunião anterior, por ter sido distribuído, previamente, o respectivo texto pelos senhores Vereadores, a qual foi aprovada e assinada. Pelo sr. Vereador Dr. Agostinho Silva foi feita uma correcção no tocante ao ponto n^o. 7 de “Diversos”, intitulado “ZONA INDUSTRIAL DE MIRA- POLO II – INFORMAÇÃO”, porquanto onde consta: “...O sr. Vereador Dr. Agostinho, respondeu que se não se avançou para a declaração de utilidade pública devia ter-se avançado...” deve constar “O sr. Vereador Dr. Agostinho, respondeu que se não se avançou para a posse administrativa dos terrenos devia ter-se avançado...”-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Câmara deliberou, nos termos da alínea c), do n^o. 1, do art^o. 64^o. da Lei n^o. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n^o. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificar a falta do sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- Usou, em primeiro lugar, da palavra, o sr. Vereador Dr. João Reigota para se referir a um assunto que disse ser de carácter particular, concretamente a comentários tecidos pelo sr. Presidente da Câmara na reunião anterior, em que não esteve presente por ter ido a uma consulta médica ao hospital, comentários esses que lhe foram transmitidos pelo sr. Vereador Dr. Agostinho Silva, os quais se prendem com um almoço particular que teve na Praia de Mira, com pessoas das suas amizades pessoais, com as quais se identifica bastante em termos culturais, no âmbito da sua vida particular. Disse que queria saber o que se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

passava e, ao mesmo tempo, lamentava que tais comentários tivessem sido feitos na sua ausência e não directamente, dentro de um clima de cordialidade e respeito que deve existir entre todos. Depois, disse que outro assunto de que queria ser informado se prendia com as verbas do PIDDAC para o concelho de Mira, porquanto tinha sido informado em Lisboa que tais verbas estavam a ser restringidas para as Autarquias, dentro da política economicista seguida pelo Governo, dada a actual conjuntura. Perguntou, também, qual tem sido a postura desta Câmara Municipal dentro da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, liderada pelo PSD, (apesar de ser este mesmo partido a fazer grandes reclamações relativamente ao actual Governo), na defesa das Autarquias e disse que queria saber se havia alguma posição ou alguma informação sobre isso. Relativamente à auditoria, disse que apenas tinha tido acesso a meia dúzia de páginas que diziam muito pouco, dum processo que lhe pareceu longo e não tinha tido ainda informação detalhada ou, então, fotocópias do processo como tinha solicitado.-----

----- Na resposta, o sr. Presidente da Câmara informou que tinha ficado ali assente e o sr. Vereador Dr. Agostinho poderia exactamente confirmar isso mesmo, que lhe seria entregue uma cópia, a qual, ele próprio, faria chegar aos demais e que a auditoria tinha sido feita por uma empresa e não era a eles que cabia discuti-la; que, em conversa que tinha tido com o sr. Prof. Dr. Fernando Regateiro, tinha ficado assente que, assim que houvesse possibilidade da parte do auditor responsável, iriam ser dadas algumas explicações à cerca da auditoria; que, não tinha sido tomada qualquer deliberação na Assembleia Municipal, apenas tinha havido tomadas de posição por parte das forças políticas e que, na última sessão daquele Órgão apenas tinha respondido às questões que lhe tinham sido colocadas, porquanto não podia ter intervenção directa, pois que, se assim não fosse, tinha tido outro tipo de intervenção. Relativamente à questão da ANMP, disse que a sua posição era sobejamente conhecida e que já tinha dito numa reunião que não fazia política em termos partidários, mas que sempre tinha defendido que uma coisa era a Câmara Municipal e outra eram as posições assumidas pelo Governo, neste caso pelo Governo do PSD e que iria fazer todas as pressões sobre o mesmo para que a Câmara Municipal de Mira não saísse prejudicada. Quanto ao PIDDAC, disse que, não adivinhava mas possivelmente sabia a informação que o sr. Vereador Dr. Reigota tinha, porque também tinha sido alertado por funcionária da Câmara sobre a situação da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Variante – 2ª. fase, mas não existia qualquer comunicação oficial à Câmara Municipal de que os valores tivessem sido alterados. No tocante à conversa privada a que aludiu o sr. Vereador Dr. João Reigota, disse que o que tinha afirmado tinha sido na sequência de uma conversa da qual tinha derivado algum atrito entre a sua posição e a posição do sr. Vereador Dr. Agostinho Silva e que aproveitou o ensejo para dizer que alguns comentários que eram feitos deviam-no ser no âmbito político mas em termos pessoais e de fazer transparecer uma imagem de “bom rapaz”, que vieram na imprensa numa fase anterior, deviam deixar de ser feitos, porque, em termos intelectuais as pessoas podem merecer o maior respeito mas já não podia concordar quando entravam noutra maneira e que nunca se estava sozinho e não deviam ser feitos comentários que pusessem em causa a honrabilidade das pessoas. Para terminar, disse que não gostaria de se alongar muito mais, pois poderia ser ali criado algum “quiproquó” e não pretendia que isso acontecesse. -----

----- O sr. Vereador Dr. João Reigota disse que comungava da opinião do sr. Presidente e que, também ele, não ligava a comentários, designadamente àqueles que chegavam ao seu conhecimento e que eram feitos pelo sr. Presidente acerca da sua pessoa; que, o que estava em causa era precisamente o contrário, tratando-se de um comentário feito durante um jantar privado; que, antes da relação de amizade que o sr. Presidente da Câmara disse que devia existir, deveria o Executivo, porque todos eram pessoas eleitas, pautar-se por uma relação deontológica, de cordialidade e de respeito pelo eleitorado e, sendo assim, o seu comentário era feito como cidadão, a quem, ainda por cima, não tinha sido dada qualquer justificação, tinha sido até transmitido indirectamente; que, como cidadão livre, lá fora, podia fazer os comentários que entendesse e que durante o almoço foram tecidos comentários e até trocados papéis alusivos à 2ª. estátua de homenagem a D. Pedro que tinha ocorrido, dias antes, em Penela mas que, admitindo terem havido alguns comentários políticos durante o almoço, naturalmente os mesmos não diziam ali respeito e muito menos ao sr. Presidente da Câmara ; que, não se devia ligar às informações de rua, ele não ligava e não dava valor. Quanto à questão do PIDDAC, disse que a informação do sr. Presidente fugia um pouco à verdade, uma vez que não tinha perguntado por causa da 2ª. fase da Variante, porquanto sabia que estava prevista em PIDDAC, já que era ainda do seu tempo como Presidente da Câmara; que, tinha levantado a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

questão porque tinha sido informado por alguém, que as verbas iriam ser bastante cortadas para as Câmaras, o que se compreendia, por um lado, dada a actual conjuntura económica, já não se percebendo o facto de serem sempre as autarquias a pagarem a factura e a sua questão prendia-se com o futuro e não relativamente à Variante; que, na realidade havia questões a esclarecer e que, designadamente, no que dizia respeito ao almoço, poderia ter explicado particularmente ao sr. Presidente da Câmara, mas como não lhe tinha sido perguntado directamente, era essa a razão pela qual tinha questionado; que, embora as polícias municipais estivessem já legalmente instituídas, não se podia andar a policiar ninguém, que ele nunca o tinha feito, nunca tinha vigiado nem nunca tinha mandado vigiar enquanto foi Presidente da Câmara os almoços que, o então vereador, agora Presidente da Câmara teve, na sua vida privada; que, se vivia numa terra onde o “disse que disse” era o prato forte, mas não se devia dar importância e apenas abordou o assunto na reunião de Câmara dado que foi também em reunião de Câmara que o assunto foi falado e não tinha sido directamente dito a si próprio; que, prezava bastante a amizade que tinha pelo sr. Vereador Dr. Agostinho mas achava que o assunto deveria ter sido conversado directamente consigo e teria aceite uma conversa privada para falar sobre o assunto e esperava que, de futuro, todos se entendessem porque questões daquelas ultrapassavam a própria política, entrando mais no campo da politiquice que não pretendia alimentar; que, lá fora, faziam-se muitos comentários, de si, do sr. Presidente da Câmara, de todos, no fundo, e que algumas coisas eram depois deturpadas, algumas pessoas tentavam até experimentar os visados e que amigos comuns todos tinham, mas o que estava em causa era um almoço que tinha tido com pessoas amigas, para o qual não tinha havido qualquer motivação política, mas podia até ter havido, no entanto a conversa abordou a inauguração da estátua de D. Pedro, em Penela e era esse esclarecimento que queria transmitir para que não restassem mais dúvidas. -----

----- O sr. Vereador Dr. Agostinho Silva interveio para dizer que, de facto tinha abordado o sr. Vereador Dr. João Reigota para saber dele próprio e esclarecer o que se tinha passado no tal almoço. Disse, depois, que, relativamente à auditoria, lhe tinha chegado às mãos mais uma parte do relatório da auditoria, concernente às obras. Relativamente a fundos, confirmou que, se ouvia muita coisa e que também lhe tinha chegado aos ouvidos que a Câmara Municipal já tinha perdido alguns fundos, aos quais a Câmara já



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinha direito, nomeadamente, por falta de candidaturas e falta de projectos e gostaria de saber o que havia de verdade sobre o assunto. Outra questão que quis ver esclarecida, prendia-se com a existência de um pedido de viabilidade de construção na Av^a. Infante D. Henrique, na Praia de Mira, que tinha sido apenas aprovada a construção para rés-do-chão mais dois pisos, quando naquela avenida havia prédios de rés-do-chão mais três andares e que tinha sido informado o particular interessado que o que estava lá construído era da responsabilidade do executivo anterior e estava tudo ilegal. Disse que gostava de ser esclarecido pois achava que um plano de urbanização, já da década de 80, o qual tinha sido incluído no PDM e estava em vigor, previa a construção de rés-do-chão mais três andares e que isso nem sequer vinha do último executivo mas de executivos anteriores.-----

----- O sr. Presidente da Câmara usou da palavra para referir que, no tocante às questões ali colocadas, as mesmas diziam respeito à política interna do executivo e a seu tempo iriam saber exactamente o que se passava; que, realmente, os senhores vereadores deviam estar bem informados relativamente à perda de fundos, por falta de candidaturas e projectos, uma vez que estavam a fazer essa mesma afirmação em reunião de Câmara. No tocante à situação da construção de edifício na Av^a. Infante D. Henrique, na Praia de Mira, disse que a questão deveria ser posta ao Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Eng^o. Manuel de Melo Cruz, numa próxima reunião que, certamente, ele melhor que ninguém poderia esclarecer; que, este tipo de perguntas o deixava algo preocupado, porquanto eram feitas em termos de exame, a querer dizer que não eram tão bons alunos assim e que, embora não o dissessem, as perguntas que faziam iam de encontro às informações que tinham e queriam demonstrar ali que tinham mais informações do que o restante executivo; que, neste momento, tinham as informações que o executivo em permanência queria que tivessem, em termos políticos; que, em termos de projectos, em termos da Câmara Municipal, não tinham mais informações porque nunca se tinham dignado a fazer qualquer tipo de questão nem a aparecer para verem o que estava a ser feito; que, tudo aquilo que esta Câmara estava a fazer, desde sempre esteve ao inteiro dispor de todos, sempre que quisessem verificar o que andava a ser feito; que, não fazia mais qualquer tipo de comentário à cerca das questões postas e reafirmou que sempre que quisessem, a qualquer hora, desde que estivessem presentes os elementos da Câmara Municipal ou



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

qualquer elemento afecto ao seu gabinete, tinham acesso directo à documentação, sem necessidade de o solicitarem por escrito, coisa que ao longo de 4 anos não lhe tinha sido facilitada.-----

----- Novamente, interveio o sr. Vereador Dr. João Reigota, para dizer que se sentia pessoalmente ofendido com algumas das palavras proferidas pelo sr. Presidente da Câmara; que, a sua postura no executivo e a oposição por si feita era clara, pese embora lá fora ser um homem livre para expressar a sua opinião; que, tem feito uma oposição clara, de contributo, no sentido de que, quem ganhou as eleições, merecia e tinha por direito próprio de governar os destinos do concelho e, quanto a isso, nada a opor e tal questão estava ultrapassada pela própria soberania que era o Povo; que, contestava a afirmação do sr. Presidente de estarem ali a fazer um exame e não podiam deixar passar em claro, numa tentativa de continuidade de bom relacionamento político entre todos; que, estavam ali a levantar questões, dentro do bom relacionamento político e de uma forma correcta e era ao Presidente da Câmara, não a um ou outro técnico, que lhes competia fazer as perguntas. Quanto às alusões ao passado, disse que não respondia e que não queria entrar por aí; que, afinal de contas, as eleições autárquicas já tinham passado, o Povo decidiu como quis e isso já estava mais do que ultrapassado; que, da sua parte, não pretendia fazer qualquer exame, nem sujeitar ninguém, muito menos o sr. Presidente da Câmara, que deve ser respeitado pois se tratava da 1ª. figura do concelho e, portanto, longe de si alguma ideia de querer ofender ou fazer exames a alguém; que, quanto à alusão à Assembleia Municipal e ao Dr. Fernando Regateiro, lembrou que na última Assembleia Municipal tinha havido, de facto deliberações e não apenas informações como o sr. Presidente da Câmara tinha referido; que, não pretendia dar lições a ninguém, mas que se a sua experiência em executivos anteriores, durante 8 anos, à frente do concelho de Mira, pudesse dar um contributo no sentido do desenvolvimento do mesmo concelho, tanto melhor, mas que não estavam ali para dar lições a ninguém porque sabiam que ao fim de 8 ou 9 meses de gestão era ainda cedo para se mostrar determinado tipo de situações; que, o que na verdade queriam, era ser informados e o que tinha sido combinado com o Dr. Fernando Regateiro, cheirava a “nova ofensa”, porquanto o que tinha que ser combinado era no executivo, com os Vereadores, como Órgão Colegial que é, para, de seguida, passarem para a Assembleia, a qual apenas se podia pronunciar sobre as propostas do executivo; que, a sua



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

intervenção era no sentido de se entenderem politicamente, não estando ali em causa nenhuma situação pessoal e que a política ali discutida era no sentido dos projectos e do debate das ideias. -----

----- O sr. Vereador Dr. Agostinho Silva, secundou as palavras do sr. Vereador Dr. Reigota, no sentido de que o sr. Presidente era o representante máximo do concelho e do executivo e, por isso mesmo, as questões lhe deviam ser colocadas directamente para que fossem esclarecidas; que, lhe agradava a disponibilidade demonstrada pelo sr. Presidente para que todos estivessem à vontade para solicitarem informações, quer aos técnicos, quer aos elementos do seu gabinete pessoal, mas, muitas vezes, não têm possibilidades de aqui andar sempre e acontecia que, não raras vezes, eram abordados por munícipes que lhes colocavam as mais diversas questões que por eles eram depois apresentadas ao executivo no sentido de serem esclarecidas; que, tinha entendido a mensagem, no sentido de que para obter esclarecimento à dúvida colocada, deveria abordar os técnicos da Câmara Municipal mas, na verdade, a questão não deixava ao mesmo tempo de ser política, pois assentava num documento do concelho, que era o Plano Director Municipal e gostaria de saber se estava ou não enganado; que, achava que o sr. Presidente estava a par da questão e, caso não estivesse, de momento, deveria colocá-la aos Chefes de Divisão para se inteirar do assunto; que, não estava ali a fazer qualquer reprovação, apenas estava a contribuir para que não existissem mal entendidos, designadamente lá fora. No tocante aos fundos comunitários, disse que continuava a não estar esclarecido e que, de modo nenhum, pretendia dizer que estava mais informado que os elementos do executivo em permanência, apenas solicitava um esclarecimento. -----

----- O sr. Vereador José Alberto Mesquita, solicitou autorização para intervir e disse que, talvez por ter estado ligado durante muito tempo ao Ala-Arriba, se sentia entristecido com a sua actual situação e queria questionar o executivo sobre isso e se, porventura, tinha havido alguns contactos ou alguns pedidos de apoio e algum esforço por parte da Câmara, devido à falta de direcção daquela Associação. -----

----- O sr. Presidente, Dr. Mário Maduro, disse que o sr. Vereador Dr. Reigota tinha interpretado mal aquilo que tinha dito relativamente à conversa com o Dr. Fernando Regateiro; que, o que tinha dito tinha sido, tão somente, que tinha tido reunião com o Dr. Regateiro, antes de começar a reunião da Assembleia Municipal e tinham combinado que, em termos de auditoria, poderia haver a possibilidade de vir um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

auditor explicar ou responder a algumas questões colocadas pelos membros da Assembleia e também do Executivo, se quisessem estar presentes; que, não tinha nada que comentar e que tinha dito isso mesmo em reunião do executivo, uma vez que o relatório da auditoria não tinha, sequer, que ser discutido; que o que tinha sido feito na Assembleia tinha sido em termos do grupo do PSD e do grupo do PS, em que não teve qualquer intervenção directa, porque nem sequer a podia ter; que, apenas se limitou a responder a questões que lhe foram apresentadas. No que respeita à situação do Ala-Arriba, abordada pelo sr. Vereador José Mesquita, disse que a culpa não era sua; que, não tinha sido ele a alimentar, durante quatro anos, uma situação que devia ter sido resolvida durante esse mesmo tempo e a sua posição tinha sido bem clara relativamente àquele clube e estava à vontade para poder falar sobre ele, porque ao longo destes anos todos, tinha sido ele a fazer os exames médicos do Ala-Arriba e entristecia-o a situação e a maneira como eram colocados os problemas; que, achava que a Câmara Municipal tinha que discutir o desporto e tinha também sido uma proposta sua, ou entendida como tal pelo sr. deputado Prof. Dr. Fernando Regateiro no sentido de discussão, num fórum sobre o desporto que se pretende para Mira, para que o mesmo seja bem representativo do concelho; que, ficava realmente triste, tanto mais que tinha em seu poder um documento do Conselho Fiscal do Ala-Arriba, em que, durante 4 anos, não foram apresentadas contas e durante todo esse tempo foram atribuídos subsídios; que, não lhe dissessem que eram mais amigos do Ala-Arriba do que ele próprio, que tinha dado bastante do seu esforço ao clube; que, tinha tido uma reunião com alguns elementos da Assembleia e do Conselho Fiscal e se tinha predisposto, dentro da máxima honestidade, a tentar ultrapassar a difícil situação que o Clube atravessa e a maneira fácil apresentada por parte de alguns elementos da direcção anterior era fazer exactamente o que tinha sido combinado consigo na reunião que se prendia com uma auditoria às contas do clube e verificar concretamente o que é que o Ala-Arriba devia e quem seriam os responsáveis por essa mesma dívida e isso não significava que se estivesse a acusar ninguém directamente, mas era necessário saber-se o que se passava na realidade; que, tinha havido uma proposta no sentido da Câmara Municipal comprar a sede para depois a ceder, em direito de superfície, durante 99 anos, mas o que aconteceria com os restantes clubes do concelho, designadamente, o Touring, o Seixo, o Casalense, o Lagonense e a Lentisqueira?



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Disse, ainda, que as coisas não podiam ser resolvidas de qualquer maneira, tinha que haver alguma calma e os subsídios não podiam ser atribuídos arbitrariamente e por isso se tinham feito inquéritos às Associações para verificar se os subsídios poderiam ou não ser atribuídos; que, não queria questionar o que se tinha passado na última assembleia do Ala-Arriba, se se tinha ou não acabado com as actividades, se houve ou não alguma assembleia para as reactivar, se existe ou não, em termos de associativismo, alguma legalidade em termos de direcção; que, essas questões não lhe interessam e o que queria dizer era que estavam atentos ao desporto no concelho e, desde já, fazia um convite para que se tente arranjar um grupo para se fazer uma avaliação profunda do que se pretende, em termos de desporto, para o concelho de Mira e não se continue a atribuir subsídios como anteriormente. Informou que na reunião em que tinha estado presente, juntamente com o sr. Vereador Prof. Luis Balseiro, tinha sido informado que as actividades do Ala-Arriba haviam sido suspensas e nunca ninguém veio ter com ele para tentar resolver a situação do clube; que, tinha sido dito na reunião que as contas não eram apresentadas há 4 anos e que as mesmas devem ser presentes ao conselho fiscal e aprovadas em assembleia; que, ele não tinha sido presidente do conselho fiscal, nem da assembleia nem mesmo da direcção, apenas foi médico do clube e sempre agiu como tal, ajudando como pode; que, numa reunião em que esteve, estiveram também pessoas que, neste momento, fazem parte da assembleia do Ala-Arriba e fizeram exactamente o contrário daquilo que disseram; que, não tinha que ser ele a arranjar direcção, antes tinha que tentar ultrapassar a situação em termos legais e foi isso que tentou fazer e tal não aconteceu porque as pessoas que estiveram na reunião, ou algumas das pessoas, não fizeram aquilo que disseram.-----

---- O sr. Vereador Dr. João Reigota disse que as preocupações manifestadas pelo sr. Vereador José Mesquita eram também as suas e que todos se conheciam e sabiam os contributos que cada um tinha dado em prol do Ala-Arriba. A seguir, disse que o sr. Presidente da Câmara tinha entrado numa esfera que ultrapassava as competências do Presidente da Câmara, que era entrar na gestão dos órgãos directivos de uma associação e aí sentia-se tocado pessoalmente, porque tinha estado, durante algum tempo, ligado a esses mesmos órgãos, para que o Ala-Arriba não acabasse e a imagem do concelho não ficasse degradada no aspecto desportivo e também cultural; que, quando era Presidente da Câmara, lhe tinha sido entregue a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

chave do Ala-Arriba, pelo ex-presidente da Assembleia Geral e, entre o deixar acabar e o continuar com os aspectos positivos que o Ala-Arriba tem e aquilo que representa para o concelho em termos desportivos e mesmo culturais, tudo fez para não o deixar terminar; que, tudo o que tinha sido feito, em termos de Assembleia Geral e disse estar à vontade para falar pois tinha sido Presidente da Assembleia Geral do Ala-Arriba, tinha sido feito por deliberação da mesma Assembleia e não apenas do seu Presidente; que, se o Ala-Arriba não tinha apresentado contas, devia ter apresentado, sendo essa uma questão fiscal que deveria ser tratada por quem de direito; que, os subsídios que tinham sido atribuídos por executivos legitimamente eleitos, tinham sido no sentido de ajudar o espírito desportivo e cultural, dentro do que tinham e que também tinham herdado.-----

----- Uma vez mais, interveio o sr. Vereador José Mesquita, para esclarecer que a questão por si colocada não tinha sido no sentido de responsabilizar a Câmara pela situação actual do clube; que, tinha estado bastantes anos no Ala-Arriba, desde atleta até à direcção e sentia-se triste, designadamente quando falava com pessoas de fora do concelho e era abordado em termos de gozo por aquilo que se estava a passar; que, o que pretendia era que o Ala-Arriba não tivesse chegado à actual situação, porque ao longo dos tempo aquele clube tinha habituado as pessoas a outras coisas e já tinham passado por aqui muitos executivos que sempre tinham apoiado o Ala-Arriba e achava que um Presidente da Câmara, a partir do momento em que assume funções devia, forçosamente, estar ligado ao clube mais representativo do concelho; que, sempre que alguém ia para uma organização, herdava coisas boas e herdava coisas más e o Ala-Arriba tinha um passado, um nome que devia ser respeitado.-----

----- Para terminar, o sr. Presidente da Câmara informou o sr. Vereador José Alberto Mesquita que o Ala-Arriba não era o clube mais representativo do concelho; que, ao contrário do que o sr. Vereador tinha afirmado, o Ala-Arriba tinha estado no Campeonato Nacional no ano transacto, tinha sido o mais representativo em termos de Campeonato Nacional mas, neste momento não era, o mais representativo do concelho era o Touring Clube da Praia de Mira, para além de que, o sr. Vereador José Mesquita, como elemento do Executivo e como pessoa responsável deste concelho e talvez sócio do Ala-Arriba e jogador



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

do Ala-Arriba, se gostava tanto do clube não o deixava acabar, tinha arranjado uma direcção e tinha sido ele mesmo o presidente. -----

----- FINANÇAS MUNICIPAIS:-----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria nº.190 de ontem, o qual acusa um saldo orçamental de 3.334.975,86 € (três milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos).-----

----- PAGAMENTOS: -----

----- Foram autorizados os pagamentos a que se reportam as ordens de pagamento nºs 3002 a 3079, na importância global de 506.972,96 € (quinhentos e seis mil, novecentos e setenta e dois euros e noventa e seis cêntimos).-----

----- DIVERSOS: Mais foram tomadas as seguintes deliberações: -----

----- 1 - LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS DESPACHADOS PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: Tomar conhecimento, para cumprimento do disposto no nº. 3, do artº. 65º. do D.L. nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da listagem de processos de obras despachados pelo Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo da delegação de competências, no período que medeia entre a reunião de 02.09.24 e a presente, bem como dos respectivos despachos que sobre os mesmos recaíram, conforme relação anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante. -----

----- 2 – FORNECIMENTO DE QUADROS ELÉCTRICOS COMPLETOS PARA OS JARDINS DO CONCELHO – RECURSO AO PROCEDIMENTO COM CONSULTA PRÉVIA-RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: Ratificar o despacho do sr. Vereador Prof. Luis Balseiro, de 02.10.08, autorizando o recurso ao procedimento com consulta prévia, com vista ao fornecimento em epígrafe, cujo custo estimado é de 4.500.00 € (quatro mil e quinhentos euros), ficando inscrita no orçamento para o ano de 2003, a verba necessária para suportar a referida despesa, nos termos do artº. 22º. do D.L. nº. 197/99, de 08 de Junho, de conformidade com a informação da DOM, de 02.10.03. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- 3 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NO CEMITÉRIO DA LENTISQUEIRA – RECURSO AO AJUSTE DIRECTO COM CONSULTA –

RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: Ratificar o despacho do sr. Vereador Prof. Luis Balseiro, de 02.10.03, autorizando o recurso ao ajuste directo com consulta, com vista à execução da empreitada em epígrafe, cujo custo estimado é de 6.000 € (seis mil euros), ficando inscrita no orçamento para o ano de 2003, a verba necessária para suportar a referida despesa, nos termos do artº. 22º. do D.L. nº. 197/99, de 08 de Junho, de conformidade com a informação da DOM, de 02.10.03.-----

----- 4 – APOIO A INICIATIVA DE INCENTIVO À LEITURA – ACÇÃO DE FORMAÇÃO

“NÃO SE NASCE LEITOR – A LEITURA PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE: Sob proposta da srª. Vereadora Profª. Maria de Lurdes Mesquita, apoiar a realização da acção de formação designada em epígrafe, destinada a professores, educadores, bibliotecários, técnicos de biblioteca e animadores sócio-culturais, a levar a efeito na Biblioteca Municipal, nos dias 17 e 18 de Outubro corrente, no âmbito do Programa Nacional de Promoção de Leitura do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, cujo custo estimado é de 70 € (setenta euros). -----

----- 5 – APOIO À EXPOSIÇÃO ITINERANTE “EÇA DE QUEIRÓS”: Sob proposta da srª.

Vereadora Profª. Maria de Lurdes Mesquita, apoiar a exposição itinerante “Eça de Queirós”, no âmbito do Programa Nacional de Promoção de Leitura do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, a levar a efeito na Biblioteca Municipal de Mira de 5 a 21 de Novembro do corrente ano, com uma previsão de custos de 15.000 € (quinze mil euros), respeitante a seguro.-----

----- 6 – APOIO AO ENCONTRO DOS ANTIGOS ALUNOS DO COLÉGIO DE MIRA: Sob

proposta da srª. Vereadora Profª. Maria de Lurdes Mesquita, apoiar a realização de um espectáculo musical, na Igreja Matriz de Mira, interpretado pelo Grupo ALLEGRO, no âmbito do “Encontro dos Antigos Alunos do Colégio de Mira”, no dia 12 de Outubro corrente, em parceria com o Inatel, cujos encargos resultantes do evento se estimam em 100 € (cem euros). -----

----- 7 – APOIO À REALIZAÇÃO DE CONCERTO DE COMEMORAÇÃO DO MÊS DA

MÚSICA: Sob proposta da srª. Vereadora Profª. Maria de Lurdes Mesquita, apoiar a realização de um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

concerto de comemoração do mês da música, a levar a efeito no dia 19 de Outubro corrente, em parceria com o INATEL e, do mesmo passo, assumir os respectivos encargos, consubstanciados no transporte dos elementos do “Grupo de Instrumentos de Sopros de Coimbra”, pelo valor aproximado de 200 € (duzentos euros), alimentação para os referidos elementos, no valor aproximado de 300 € (trezentos euros) e ainda execução de cartazes de divulgação. -----

----- 8 – CORRENTE DE SOLIDARIEDADE - APOIO MONETÁRIO À JOVEM LÚCIA MARGARIDA NASCIMENTO FERNANDES: Sob proposta da sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita, apoiar monetariamente a jovem Lúcia Margarida Nascimento Fernandes, de Murtinheira – Quiaios – Figueira da Foz, vítima de doença crónica degenerativa, do foro neurológico, mediante a atribuição da verba de 50 € (cinquenta euros).-----

----- 9 – FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE SÓCIO-FAMILIAR DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DE MIRA, PRAIA DE MIRA, BARRA, LENTISQUEIRA E CASAL S. TOMÉ – ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DESGASTE: Sob proposta do sr. Vereador Prof. Luis Carlos Balseiro, atribuir uma verba no montante de 10 € (dez euros), por criança, destinada a aquisição de material de desgaste, necessário para funcionamento da componente sócio-familiar, nos estabelecimentos de educação pré-escolar de Mira, Praia de Mira, Barra, Lentisqueira e Casal S. Tomé.-----

----- 10 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A GRUPOS/ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS – APROVAÇÃO DE PROPOSTA: 10.1 - Aprovar uma proposta apresentada pela sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita, do seguinte teor: -----

----- “A actividade desportiva é um factor de formação e desenvolvimento do ser humano. O desporto favorece o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do corpo e a integração social do Homem.-----

----- Através do desporto de equipa, o ser humano aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a viver juntos e aprende a ser. O desporto promove a socialização , a integração, a cooperação e a participação democrática na Sociedade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Tendo em conta estas razões de fundo, o Executivo da Câmara Municipal de Mira apoiará de forma especial o desporto de equipa, principalmente o de formação. -----

----- Pretende-se, igualmente, estimular e incentivar a prática do associativismo, proporcionando aos Clubes/Associações Desportiva, condições e meios para melhorarem a qualidade dos serviços a prestar à comunidade. -----

----- Os apoios a conceder, com a disponibilidade financeira da Câmara, serão distribuídos da seguinte forma : -----

----- 1 - Apoio financeiro baseado em critérios ponderados e objectivos; -----

----- 2 - Apoio Técnico na elaboração de projectos, acompanhamento de obras e realização de iniciativas desportivas; -----

----- 3 - Apoio logístico institucional na cedência de transportes e instalações na ligação aos Órgãos de Administração Central, bem como, nas candidaturas a fundos comunitários e elaboração de projectos de obras desportivas. -----

----- É fundamental normalizar os procedimentos a adoptar, e definir de uma forma objectiva e rigorosa a atribuição das verbas a distribuir. -----

----- Assim, proponho que a atribuição de apoios aos Grupos/Associações Desportivas tenha por base os critérios de ponderação objectiva que a seguir se enunciam: -----

----- 1 - Os subsídios a Grupos/ Associações Desportivas para despesas correntes, serão distribuídas da seguinte forma: Verba Total- 69 831,00€ -----

----- a) Número de atletas em formação/competição por Associações- 42,5% da verba total; 29 678,17 €. As Associações que promovam a formação (futebol escolas, iniciados, juvenis e juniores), serão majorados em 50 %; -----

----- b) Número de atletas em prática desportiva /lazer por Associação- 20 % da verba total- 13 966, 20 €. As Associações que promovam a formação e o desporto de equipa, ou seja, modalidades que impliquem a interacção de vários elementos, serão majorados em 50%. Neste item não serão



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

consideradas as actividades que impliquem contrapartidas financeiras ou que sejam meros “hobbies”:

“Mente Sã em Corpo Sã “-----

----- c) Representatividade Concelhia –37,5% do Total da Verba- 26 186,25 €-----

----- 2- As Associações/Grupos Desportivos que desenvolvam a sua actividade competitiva na área de natação, Atletismo, Basquetebol, Voleibol, Futebol iniciados, Juvenis e Juniores, poderão ser enquadrados no âmbito dos projectos especiais;-----

----- 3- Os eventos desportivos levados a cabo pelas Associações/ Grupos Desportivos , poderão também ser apoiados , de acordo com a sua qualidade, dimensão e envolvimento de espectadores;-----

----- 4- Os incentivos de capital (obras de beneficiação e criação de infra-estruturas) poderão ser concedidos caso a caso, tendo em vista a criação de uma rede integrada de infra-estruturas desportivas;-----

----- 5- Associações / Clubes Desportivos poderão receber apoios extra para a constituição formal de equipas de formação;-----

----- 6- Poderão ser atribuídos prémios de qualidade às equipas vencedoras de Campeonato Oficial em que estão inscritas, às equipas apuradas para fases iniciais de acesso a Campeonatos Nacionais e às equipas vencedoras da Taças Oficiais promovidas pelas Associações em que estão inscritas, no valor igual ao que a mesma recebeu pela “Representatividade Concelhia”, definido na alínea c do critério 1. Assim, numa primeira fase serão atribuídos apenas as verbas inerentes aos clubes que tenham elementos fundamentalmente federados. As Verbas a atribuir são baseadas nos critérios supra – expostos e são os constantes dos anexos a esta proposta.”-----

----- CLUBE DOMUS NOSTRA: Futsal e Karaté: 2.494.00 €; CASALENSE FUTEBOL CLUBE: Fut/Escolas: 1.905.03 €; ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ALA-ARRIBA: Fut/Juvenis, Iniciados e Séniores: 6.734.00 €; UNIÃO DESPORTIVA DA PRESA: Columbofilia: 3.040.00 €; TOURING CLUBE DA PRAIA DE MIRA: Fut/Iniciados, Juvenis Júniores e Séniores: 15.555.46 €; LAGONENSE FUTEBOL CLUBE: Futsal:3.135.10 €; ASDR LEITÕES: Fut/Juvenis: 1.735,94 €; ACD LENTISQUEIRA: Fut/Juvenis: 3.735,94€; ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE MIRA: Tiro:



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

1.346,80 €; CLUBE RECREATIVO DE PESCA DE MIRA: Pesc/Despor: 923,40 €; CLUBE VOO GARÇA REAL: Voo Livre: 2.159.34 €; ACDR VALEIRINHA: Atletismo: 3.092.76 €; CLUBE NÁUTICO DA PRAIA DE MIRA: Remo: 1.092.76€; ACR DO SEIXO: Fut/Juvenis e Seniores: 6.679.12 €.”-----

----- **10.2** – O sr. Vereador Dr. Agostinho Silva disse que gostaria de ter uma cópia das propostas apresentadas e respectivos quadros de atribuição dos subsídios, para uma melhor compreensão, porquanto lhe restavam algumas dúvidas que, naturalmente, veria explicadas nos documentos em apreço. Disse, também, que gostaria de salientar o trabalho e o esforço desenvolvido pela sr^a. Vereadora que, estando a meio tempo, parecia estar mais sobrecarregada de trabalho e apresentava o “trabalho de casa” bem elaborado, em determinada perspectiva; que, desconhecia que a sr^a. Vereadora tinha, também, o pelouro do Desporto; que, não podia fazer comentário exaustivo sobre os critérios definidos, só depois de uma leitura atenta, de qualquer forma, relativamente a alguns, punha algumas dúvidas; que, por aquilo que lhe foi exposto, apesar de não ter percebido bem, pareceu-lhe que um factor importante era a representatividade das associações e parecia-lhe que esta se relacionava com a entrada dos clubes nos quadros competitivos, ou seja, consoante os quadros competitivos onde entraram no ano passado, fosse nas divisões de honra, a nível distrital, nacional ou regional, mas apenas lhe pareceu e gostava de ver isso mais esclarecido; que, lhe dava impressão que algumas associações não tinham estado nos quadros competitivos nos anos anteriores e, portanto, não percebia como tinham ido buscar a representatividade dessas associações. Por outro lado, referiu-se a outros critérios, como o número de atletas federados e lembrou o caso das escolas que tinham jovens em formação, que não estavam ainda nos quadros competitivos e, no entanto, precisavam, igualmente, de apoio, apesar de não estarem federados; que, relativamente a estes, verificava que existiam determinadas equipas com grande número de atletas e ainda bem mas que, provavelmente, chegariam a meio do quadro competitivo ou do campeonato e mais de metade desses atletas não estariam em funcionamento e para si, se calhar, não seria a maneira mais correcta; que, esperava que melhor o elucidassem, designadamente, no tocante ao critério da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

representatividade das colectividades e porquê o número de atletas e não a participação das equipas nos quadros competitivos? -----

----- O sr. Presidente da Câmara interveio, questionando, em primeiro lugar, se a sr^a. Vereadora trazia ao Executivo algum espectáculo de música para apresentar. Disse, depois, que eram bem visíveis e estavam escritos todos os critérios e as atribuições dos subsídios tinham por base dois questionários, um em que tinha sido feita a classificação das próprias associações e outro para concluir aquilo que cada colectividade poderia dar em termos de representatividade, número de atletas, etc.; que, na realidade, a sr^a. Vereadora Prof^a. Lurdes Mesquita estava a meio tempo e tinha vindo a desempenhar um excelente trabalho, prejudicando, por vezes, a sua vida particular, ultrapassando-o, algumas vezes, com um óptimo trabalho; que, poderão ter razão, no sentido de que alguns clubes, neste momento, deteriam uma representatividade diferente, porque apenas podiam ser atribuídas as verbas propostas, tanto mais que não tinham ficado verbas disponíveis do Executivo anterior, para que os subsídios pudessem ser atribuídos mais cedo e, em prejuízo das colectividades do concelho, só agora, depois de um trabalho exaustivo da sr^a. Vereadora, que o tem secundado, porquanto o pelouro do Desporto é da sua responsabilidade, sendo esse um assunto interno que não interessava aos restantes Vereadores, as verbas puderam ser disponibilizadas. -----

----- O sr. Vereador Dr. João Reigota quis, também, fazer um breve comentário ao assunto em questão, começando por dizer que tinha gostado da forma como a sr^a. Vereadora apresentara o trabalho e louvou, por isso, o esforço feito pelo executivo, de apoio às colectividades e à imagem que tinha que passar para fora do concelho e também para dentro, à cerca das Associações; que, já não podia concordar com a tentativa constante de, de uma forma subtil, se denegrir aquilo que vinha de trás, que não se tinha ficado com verbas quando, na verdade, todos conheciam as dificuldades do próprio município e, um dia, quando o executivo concluir as suas funções, esperando que seja daqui por muito tempo e que façam um óptimo trabalho, no sentido do desenvolvimento do concelho, iriam notar que assim era; que, o Executivo anterior deixou o que deixou, problemas, dificuldades mas também, sobretudo a nível desportivo, ficaram estruturas, dinâmica e de tudo um pouco como todas as câmaras e todas as instituições; que, gostaria que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

houvesse, se fosse possível, um esforço acrescido a todo o excelente trabalho da sr^a. Vereadora, no sentido de apoiar mais ainda todas as associações concelhias, ainda mais o Touring que, no dizer do sr. Presidente da Câmara, era o clube mais representativo do concelho, pese embora ele nunca tenha feito essa análise, que deve ser feita em muitos outros contextos, mas, se fosse possível que todas as associações fossem ajudadas ainda mais, com dinheiros de candidaturas, etc., a nível de estruturas, de apoio à formação e da própria imagem que os escalões competitivos têm que passar para fora do concelho e ainda que seja incluído também no mapa das atribuições o apoio à música, o apoio à banda, o apoio efectivo a quem se esforça tanto para levar a imagem de Mira para fora do concelho, apoiando não só o desporto mas também a cultura do concelho, no sentido de incentivar todos aqueles que, lá fora, trabalham em prol do concelho de Mira. -----

----- O sr. Vereador Dr. Agostinho rebateu as afirmações do sr. Presidente no sentido de que, se lhe era lido um regulamento na hora, como poderia ele estar atento a todos os critérios? Disse, também, que não tinha percebido porque é que a sr^a. Vereadora estaria a dar um espectáculo de música, que não tinha realmente percebido a piada e que, quando tinha falado, tinha sido sem nenhuma intenção, por ele tudo bem, se era a sr^a. Vereadora a apresentar os assuntos, era uma questão interna, no fundo apenas queria ver explicadas as suas questões. -----

----- **11 – ATRIBUIÇÃO DE VERBA À ACDR DA LENTISQUEIRA, DESTINADA A CONSTITUIÇÃO FORMAL DE EQUIPAS DE FORMAÇÃO:** Sob proposta da sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita, atribuir uma verba no montante de 2.500 € (dois mil e quinhentos euros), à ACDR da Lentisqueira, verba essa destinada à constituição formal de equipas de formação, no âmbito do ponto 5 da Lista de Critérios estabelecidos para atribuição de subsídios a Grupos/Associações Desportivas. -----

----- **12 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DAS CAVADAS:** Sob proposta da sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita, atribuir, no âmbito do ponto 4 da Lista de Critérios estabelecidos para atribuição de subsídios a Grupos/Associações Desportivas, um subsídio no montante de 500 € (quinhentos euros) à Comissão de Melhoramentos das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Cavadas, conforme pedido apresentado pela referida Comissão, verba essa destinada a trabalhos de iluminação do Campo Polidesportivo da respectiva localidade, necessária para a realização do II Torneio de Futebol de 5, no corrente mês de Outubro. -----

----- **13 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO À JUNTA DE FREGUESIA DE CARAPELHOS:** **13.1** - Atribuir um subsídio extraordinário à Junta de Freguesia de Carapelhos, no montante de 5.000 € (cinco mil euros), destinado à compra de maquinaria, à semelhança do anteriormente deliberado, em reunião de 10 de Setembro findo, no tocante às Juntas de Freguesia de Mira e Seixo; **13.2** - Pelo sr. Presidente da Câmara foi explicado que, no que respeita à Junta de Freguesia da Praia de Mira, não tinha ainda sido apresentada qualquer proposta ao Executivo, porquanto, contactado o sr. Presidente da referida Junta, o mesmo informou que carecia de dinheiro e não de equipamento, daí que não tivesse ainda sido apresentada qualquer proposta nesse sentido. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----
----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente foi declarada encerrada a reunião, sendo 11:00 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as deliberações foram todas tomadas por unanimidade e aprovadas em minuta assinada no final da reunião. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

